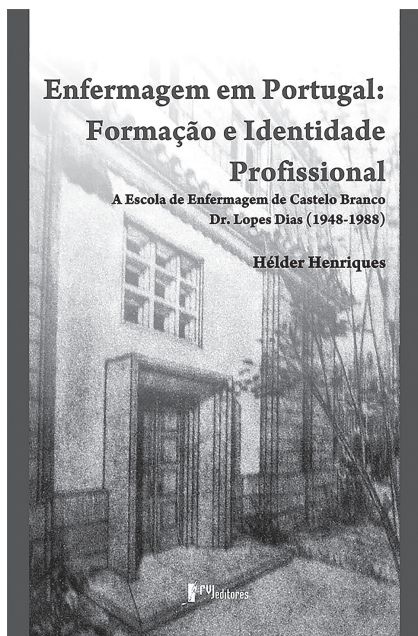




HELDER Henriques, *A Enfermagem em Portugal: Formação e Identidade Profissional – A Escola de Enfermagem de Castelo Branco/Dr. Lopes Dias (1948-1988)*. (Castelo Branco: RVJ Editores, 2018).

Uma obra como esta é, a partir do momento da sua publicação, património intelectual de uma área científica onde a autoria serve para identificar o estrato de conhecimento construído, numa lógica de arqueologia do saber.

Diz-nos o autor que: «O objectivo principal deste estudo é interpretar o processo de construção da identidade profissional dos enfermeiros portugueses ao longo do século XX, com destaque para a segunda metade da centúria»; e continua «Em suma, verificou-se que o processo de construção da identidade profissional dos enfermeiros

portugueses resultou de diálogos, tensões e conflitos permanentes entre diferentes elementos e no interior de regimes políticos com características diferentes. Ao longo do século XX existiram vários momentos marcantes e decisivos que permitiram o reconhecimento social do grupo dos enfermeiros e a construção de uma identidade socioprofissional reforçada». Parecendo um manifesto de justificação profissional é, simultaneamente, uma incursão científica que ajuda a criar/preservar uma identidade ancorada na espessura do tempo. Embora recente ou mais presente, não pode ser visto como um espaço epistemológico para outros – jornalistas ou sindicalistas, por exemplo, mas como matéria de reflexão que é importante contextualizar, tratar cientificamente, validar academicamente e divulgar à comunidade de interessados.

Este novo espaço, assumidamente alvo de intervenção científica por parte do historiador, é fruto de um caminho de afirmação percorrido, por vezes com alguns constrangimentos e cepticismos, mas que permite-nos sistematizar agora algumas das vantagens e dos inconvenientes que são apontados à História do tempo presente. No enfoque das vantagens: a diversidade de fontes, a possibilidade de incluir e apelar aos testemunhos dos atores, a consistência científica da própria história oral que aperfeiçoou técnicas e credibilizou metodologias, experiências bem sucedidas em França, Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra e, sobretudo, a consciência que ignorar a sequência dos acontecimentos pode abrir espaço ao determinismo, à teleologia, ou àquilo que Jean Lacouture chama a «racionalização a posteriori». Do lado das dificuldades, as principais, remetem-nos para: a história do mais con-

temporâneo estar muitas vezes hipoteca-da à demanda social e os historiadores serem requisitados para autenticar uma determinada versão; a tentação de sermos chamados pelos poderes públicos (justiça, instituições, ...) como especialistas legiti-madores; o perigo da instrumentalização da História; a concorrência dos media.

Estas reflexões e a nossa própria vi-vência permite-nos no entanto saber que a nossa ausência abre espaço para o jornalista, por exemplo, que, ao delimitar o tempo presente como seu espaço de inter-venção epistemológica, procura privilegiar o quotidiano, o episódico, o aparato infor-mativo gerador de audiências. Não basta aparecermos para legitimar enfoques, perspectivas, temos de assumir que qual-quer acontecimento é, como dizia Nora, o «encontro de várias séries causais inde-pendentes, um rasgão no tecido social que o próprio sistema tem a função de tecer».

Obras como esta de Helder Henriques, inscrita nas preocupações identitárias de uma profissão, mas também e simulta-neamente, na espessura temporal da sua análise em termos de formação educativa, ajudam-nos claramente a recuperar o sen-tido da investigação, do conhecimento, da posição sustentada cientificamente, mas também da justificação profissional reivin-dicada socialmente. Percorrendo, embora brevemente, o histórico de algumas profis-sões e identidades, ajuda-nos a perceber o triunfo da «especialização» sobre o as-sistencialismo ou a boa vontade. Lançando o olhar temporal (no tempo longo) sobre o credencialismo em enfermagem, fornece-nos dados para a nossa compreensão sobre a evolução de uma profissão que, na especialidade da sua formação, foi gan-hando credibilidade profissional. Perscru-

tando a construção de um conhecimento profissional, disponibilizou-nos informação para sentirmos o significado da «investi-gação ação», da crescente incorporação das práticas, da capacidade de adaptação às realidades. A normalização, a ética, os valores são naturalmente a ponte entre a formação e a profissão que, agora, pode reivindicar uma jurisdição profissional pró-pria, credível a nível externo, interno, indi-vidual e social.

Neste enfoque, obras como esta que saem do domínio social para o académico e deste, após a sua certificação, regres-sam ao social, vêm imbuídas de uma au-réola que valoriza a sua incorporação nos discursos a propósito de uma instituição, mas sobretudo de uma profissão que também se credibiliza por, ela própria, já ser objeto de uma epistemologia própria. Também por isto, permitir que o público em geral possa agora aceder a esta síntese, ajuda a valorizar, tanto o sentido social do, muitas vezes mal entendido, *academismo universitário* mas sobretudo demonstrar de forma inequívoca que o presente só pode ser devidamente sustentado se não omi-tirmos o caminho até ele percorrido. Como investigadores, não devemos abdicar des-te nosso papel, sob pena de o espaço ser tomado pela novidade surpresa, pelo ime-diatismo do escândalo, pela voracidade do episódico.

Considero que o livro agora partilhado, ajuda-nos também a um sentimento maior de pertença (para além da profissão), tam-bém a um espaço, cumprindo aqui também uma função social à localidade. O estudo da História Local teve sempre um espaço no mundo académico, mas foi apenas a partir dos anos de 1980 que se começa-ram a sistematizar trabalhos sobre o tema.

Foi nessa altura que surgiu em França uma nova conceção historiográfica, denominada de *Nova História* mas agora numa perspetiva que partia da micro-história para o confronto com a meso e macro história já sistematizada em várias obras e autores. Esta abordagem trouxe uma maior diversidade no que diz respeito ao conceito de fonte histórica, mas também um novo olhar sobre a História Local. Este novo ponto de vista possibilitou uma ampliação da visão dos agentes da História, abandonando-se as noções mais estáticas e mais nacionalistas da narrativa histórica, para se chegar a uma História dinâmica, onde os “esquecidos” (pessoas, profissões, espaços e instituições) ganham mais visibilidade. Quando um investigador se propõe a trabalhar no âmbito da História Local ou Regional, está a fornecer raízes identitárias e sentido de pertença a todos os que povoam ou habitam nesses espaços. Carlos Lomas, coordenador de uma obra recente sobre «Lecciones contra el olvido – Memoria de la Educación y Educación de la Memoria» reafirma o papel da memória coletiva como pressuposto de uma sobrevivência mais humana, mais consciente e mais interventiva.

Ora é justamente em Castelo Branco e na sua Escola de Enfermagem Dr. Lopes Dias (entre 1948 e 1988) que podemos microscopicamente mas também cientificamente, observar razões para a identificação com o espaço humanizado, com

a profissão que aí ganhou competências, com o legado institucional e profissional que se corporizou neste espaço/região.

Encontrar múltiplas vontades (científicas, autárquicas, regionais, amantes do saber desinteressado,...) para a perceção destas ideias pode transformar um ato académico num produto público, cívico, cultural e materializado num livro. É também a forma mais evidente de devolver o fruto de um investimento pessoal, transformando-o num bem coletivo.

Esta obra individual é fruto, pois, de uma capacidade de reflexão que soube esperar o tempo necessário para agora a vermos dar frutos no terreno da profissionalidade dos enfermeiros. Mas também para devolver ao espaço de Castelo Branco razões para um reforço do seu significado na construção dessa profissionalidade que naturalmente hoje ultrapassa este espaço regional.

Acredito também que todos nós que a lermos, podemos, por certo, olhar de uma forma diferente para a profissão mas também para a região na construção dessa identidade. Se isso acontecer, a obra cumpriu a sua função pessoal (do autor) mas também social.

Outubro de 2018

Luís Alberto MARQUES ALVES
Faculdade de Letras
da Universidade do Porto